



POLITÉCNICO

DIRETORES:

ALVARO R. FERRAZ e MARIO DE O. CRITTER

ANO V

SAO PAULO — MAIO DE 1949

N.º 9

PRESTIGIEMOS O SEMINÁRIO

Uma Realização de Professores, Engenheiros e Alunos para o Estudo de Problemas de Nossa Vida Escolar.

Causas diversas, de origem exterior, faziam com que nascessem vários problemas em nossa vida escolar universitária. O espírito oportunista e imediatista que nos acompanhava, consequência da deplorável situação a que chegou a sociedade, fezendo-nos a desenvolvimento de vários desses problemas.

O Seminário entre alunos e professores nasceu de uma necessidade e não se banca nem se propõe a fins ôrfânicos. A edição do jornal "O Politécnico", durante de colaborar com a nobre realização, transcreveram abaixo algumas palavras do Eng. Hubertus Colpaert, representante do I. P. T. e membro da Comissão do Interesse do aluno pela Vida Escolar.

Queria dirigir algumas palavras aos alunos de agora para fazer-lhes um retrospecto da vida da Escola, desde quando fui aluno há 25 anos. Sinto-me em condições de fazê-lo, porque permaneci neste meio o tempo todo.

E' minha intenção, em breve resumir, relatar uma série de fatos que conduziram ao atual estado de coisas que tanto deixa do brilhante passado desta Casa. Esta situação chegou a ponto de induzir alunos e professores a se reunirem em Seminário, com o louvável intuito de conjugar seus esforços para restabelecer o prestígio de Politécnico, apontando as deficiências e sugerindo providências oportunas e exequíveis para eliminá-las.

Quando ingressei nesta Casa em 1922, encontrei um ambiente de respeito e de ordem e a Escola regida por regulamentos claros e duradouros.

Os alunos traziam um preparo sólido dos cursos secundários, que lhes permitia tirar pleno proveito do ensino aqui ministrado.

Os que tinham diploma de bacharel em Ciências e Letras do Ginásio do Estado eram dispensados do exame de admissão. O número de alunos admitidos era da ordem de 40. A frequência era obrigatória. O corpo docente era integrado, quase todo ele, por professores catedráticos, na maioria exercendo o profissional, quer particularmente, quer em repartições públicas, mandando, portanto, contacto permanente com a prática.

A Congregação era soberana na escolha do Diretor e, quando me diplomei (em 1928), Júlio César Barros de Azevedo, que fôra o 2º Diretor que a Escola teve desde a sua fundação em 1891. Isto denota a estabilidade dos Diretores de então, o que assegurava perfeita continuidade administrativa. Sucedeu-lhe o

Prof. Rodolfo S. Thiago, que exerceu o cargo de Secretário da Escola há mais de 20 anos, e o prestígio da Escola continuava inalterado.

Subrevém, em 1939 uma revolução que depôs o governo federal e colocou outro no poder. Desde essa época para cá, o ensino, de um modo geral, começou a periclitar.

Numerosos Gabinetes e Escolas, cuja finalidade era mais comercial, surpiram à sombra de sucessivos decretos, portarias e reformas do ensino e desse conjunto resultou o caos na instrução. A Escola passou a receber alunos que estavam cada vez menos preparados. A envolva do Diretor da nossa Escola

passou a ser feita pelo governo. Como os interventores ou governadores mudavam com frequência, sucediam-se também os diretores, além das sucessões independentes da mudança de governo.

Para agravar a situação surgiu, creio que em 1937, um decreto que vedava o acúmulo de funções pú-

blicas. Como diversos professores catedráticos eram também funcionários de repartições públicas, tiveram de optar por uma das funções. As contingências da vida os obrigaram a desistir da catedra que ávidamente conquistaram, porque com os vencimentos de professor não lhes era possível manter-se. A Diretoria se viu a braços com a falta de professores, que procurou remediar como pôde contratando diversos engenheiros para, em caráter de emergência, dar prosseguimento aos cursos bruscamente interrompidos. A Escola teve assim, durante alguns anos, professores "ad hoc", alguns dos quais desistiram depois de poucos meses.

A multiplicidade de leis alterando regimes escolares ou de promoção, promulgadas de vez em quando, de vez em quando, e de interpretação nem sempre clara, trouxe muita confusão e deu motivo a numerosas greves sempre prejudiciais ao rendimento do ensino. A essa greve se somaram outras de solidariedade com causas absolutamente extrínsecas à vida Politécnica, mas igualmente prejudiciais ao preparo dos novos engenheiros.

Junta-se a isso uma lei que permite a freqüência livre, em consequência da qual muitos alunos deixaram de frequentar uma tanta cadeira, ou por preguiça natural ou porque elas não eram suficientemente bem dadas.

As dificuldades do transporte também tem sua parcela na freqüência dos alunos, pois muitos, chegando demasiado atrasados, não querem entrar na classe e perdem a aula inteira.

Há ainda a considerar as dificuldades oriundas do encarecimento da vida, que obrigou muitos alunos a trabalharem para se manter impedindo-os de assistir certas aulas ou roubando-lhes as horas para estudar.

Através deste rápido retrospecto, pode-se ver que muitas foram as causas do desequilíbrio que se tem verificado no ensino de um modo geral, cujo reflexo não podia deixar de atingir a nossa Politécnica.

Com as palavras que acabo de dirigir aos alunos de agora, quis tornar claro que essa depresso não se verifica por circunstâncias dependentes da vontade do corpo docente ou da administração da Escola, mas tem raízes profundas nos fatos que envolvem a própria nação desde os eventos de 30.

E agora, que pouco a pouco vamos retomando o caminho da normalidade política e social, tudo faz crer que a Escola volte também a apresentar pleno rendimento no seu ritmo de trabalho, evidentemente adaptado ao estado atual da didática e da ciência, como sempre foi o seu objetivo.



O PROF. LUCAS GARCEZ EM SUA MESA DE TRABALHO

Queria primeiramente elaborar de algum gosto com a SAGMACS. E esse compromisso já tem quase um ano de idade. Antes tarde do que nunca", diz o italiano. Facultados nôis é que fomos pedir ao Prof. Garcez que contasse aos moços da Escola, por nosso intermédio, o que são o movimento de "ECONOMIA E HUMANISMO", o qual pertence, instantaneamente com o Prof. Cintas do Prado e Atruda.

Tinhamos primeiramente elaborado de algum gosto com a SAGMACS. E esse compromisso já tem quase um ano de idade. "Antes tarde do que nunca", diz o italiano. Facultados nôis é que fomos pedir ao Prof. Garcez que contasse aos moços da Escola, por nosso intermédio, o que são o movimento de "ECONOMIA E HUMANISMO", o qual pertence, instantaneamente com o Prof. Cintas do Prado e Atruda.

No ano passado, em palestra no Grêmio Politécnico fiz sessão de indicar os resultados gerais desse movimento que surgiu na França em 1931 — em plena guerra — liderado pelo padre dominicano Luís Joseph Lebret. Também o Prof. Cintas do Prado, no nº 36 (1947) do "Digesto Econômico" em magnífica síntese apresentou os princípios básicos e as perspectivas do movimento no Brasil.

O Prof. Cintas do Prado, em seu trabalho, define o movimento como sendo "de opinião e de ação, tendo por finalidade instaurar éticamente nas vésperas coletivi-

O movimento tem um fundo de inspiração cristã e, por isso considera o homem, antes de tudo, um ser cuja grandeza é moral e espiritual. Entretanto, os elementos primários que determinam as condições efetivas da vida humana são: considerações com bases indispensáveis a uma existência digna.

Nessa reunião, a meu ver, um dos pontos principais do movimento: não desdenhar dos bens materiais primários, isto é, não considerar o homem exclusivamente como um ser espiritual. E estabelecer um programa de ação tendo em vista, além da elevação moral, também o material do homem. Por isso, os estatutos de Economia e Humanismo registram como finalidades do movimento:

— estudar, por inquérito e demais meios adequados de investigação, as realidades humanas, econômicas e sociais em sua complexidade atual;

das, "Positions Clés" de "Economia e Humanismo".

"A medida que se acentuam a mal estar social e o desequilíbrio econômico, as iniciativas particulares multiplicam seus esforços, os partidos seus projetos de reformas e os Estados suas intervenções, todavia vem chegar a restabelecer a concordia, nem suprir a subalimentação de numerosas camadas da população, nem abolir a condição proletária."

Pego particular atenção dos Politécnicos para os seguintes parágrafos:

"Não basta, com efeito, que se implemente o restabelecimento de um prédio em condições de ruir. São precisas novas estruturas de trabalho, de produção, de relações sociais. Far-se maior planejar antecipadamente nos quadros de vida econômica e política, a serem experimentados e adaptados por etapas. Em

(Continua na pág. 2)

